

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I

O PAPEL DO PEDAGOGO NA ORGANIZAÇÃO E MEDIAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA.

Silene Faria Santos¹

Elizabeth Regina Streisky de Farias²

Resumo:

Buscamos neste estudo situar a função específica do profissional Pedagogo no contexto escolar. Partindo da problemática que levanta a questão da descaracterização deste profissional no interior da escola pública. Este trabalho encaminhou-se através de uma pesquisa que veio confirmar toda a problemática anteriormente levantada. A fragilização do papel do pedagogo nas escolas públicas, é ocasionada pela falta de oportunidade do pedagogo em exercer o seu papel, atribuindo a este profissional tarefas cotidianas diversificadas que nada tem a ver com o seu trabalho. Sendo assim o pedagogo tornou-se um profissional multitarefas dentro da escola, desempenhando diversas funções que, em grande parte, não fazem parte da função do pedagogo. Com o surgimento da função professor-pedagogo, o profissional que já exercia muitas tarefas dentro da escola, passa agora a exercer uma função para a qual não se especializou, e o problema aumenta a cada dia. Na busca do desvelamento das razões que circundam esta problemática, sugerimos um estudo aprofundado e constante entre os pedagogos sobre a realidade escolar, que possam levá-los a rever o seu papel através de uma reflexão crítica, contrapondo teoria e prática. Partindo daí tomar o seu lugar na organização e efetivação do trabalho pedagógico na escola, que sabemos que é de suma importância dentro do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Escola Pública. Pedagogo. Trabalho Pedagógico.

Palavras-chave: Escola Pública; Pedagogo; Trabalho Pedagógico.

Abstract:

We look for in this research to situate the specific function of the professional pedagogue at the schooling context. Starting from the problematic that rises the

1 Professora PDE da Rede Pública Estadual SEED. Com pós-graduação pela Faculdades Integradas Espírita. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: nine@seed.pr.gov.br.

2 Professora Mestra, vinculada ao departamento de Educação da FAFIPAR (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá), no curso de pedagogia.

question about the characterization of this professional inside the public school. This work led through a research that came to confirm the problematic previously approached. The fragilization of the pedagogue's function at the public schools is caused by the absence of opportunities to the pedagogue in exercise his/her role, assigning to this professional daily diversified tasks which are by no means related to their function. Thus, the pedagogue became a multitasking professional inside the school, making many assignments that, mostly, doesn't belong to the pedagogue's function. As the appearance of the teacher-pedagogue role, the professional that already exercised many tasks inside the school, is now making the function for which doesn't specialize, and the problem increases each day. In the search for the unveiling of the reasons that surrounds this problematic, we suggest a deep and constant study between the pedagogues about the academic reality, that can take them to review their role through a critical reflexion, opposing theory and practice. From this, take its place in the organization and effectiveness of pedagogic work at school, that we know it is very important inside the daily schooling.

Key-words: Public School. Pedagogue. Pedagogic Work.

Key-words: Public School; Pedagogue; Pedagogic Work.

1. Introdução.

O estudo aqui apresentado está baseado nas dificuldades encontradas pelo profissional pedagogo e nas diversas funções atribuídas a este profissional no exercício de sua função, funções essas que não fazem parte do trabalho do pedagogo. Estas ocorrências vem secundarizando a função específica do pedagogo não permitindo que este profissional efetive a sua prática no interior da escola.

O profissional pedagogo tem sob sua responsabilidade a articulação do processo de formação cultural dentro da escola, sua atuação é bastante ampla e sua presença é indispensável na organização das práticas pedagógicas para que se efetivem as propostas. O pedagogo é mediador do processo de ensino-aprendizagem devendo garantir com firmeza a estabilidade das ações pedagógicas na escola e conseqüentemente algumas questões administrativas.

Iremos refletir aqui sobre o papel do pedagogo levando em conta a especificidade de sua função; levantaremos algumas teorias referentes a estas questões que possa embasar as práticas pedagógicas dentro do contexto escolar, através das ações que se seguem.

A investigação realizada tem como objetivo demonstrar como está o entendimento do papel do pedagogo dentro da escola pública.

2. O papel do pedagogo no contexto da escola pública: questões para a pesquisa.

Buscamos aqui compreender o papel do pedagogo e o que está inerente a sua função no atual contexto da escola pública.

Sabemos que o processo de educação não ocorre apenas entre as quatro paredes de uma escola, este é um processo amplo, porém, é nesse processo de educação escolar que podemos constatar algumas contradições em nossa sociedade, a escola vem em seu comodismo reproduzindo uma sociedade insana, tem se deixado usar como instrumento de autocontrole político, econômico e religioso.

Sabe-se de antemão que o foco do trabalho em uma escola deve estar voltado para o aluno, todo o trabalho e tudo o que ocorre na escola tem como principal objetivo a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo do aluno. Não é possível traçar e obter esses objetivos se nosso sistema educacional não está organizado para isso, deixando na maioria das vezes de usar sua principal ferramenta que é sem dúvida nenhuma o pedagógico.

Percebemos que desde a década de 60, no século XX, há uma maior preocupação entre os docentes em definir sua identidade profissional, porém constatamos que a forma capitalista de organização social contribui para descaracterizar ainda mais a função da educação escolar, e o trabalho pedagógico está intensamente ligado às circunstâncias históricas tecidas em um contexto social, político e econômico estabelecido. De acordo com Saviani:

Na década de 1960, a Escola Nova começa a apresentar sinais de crise, delineando-se uma outra tendência que eu chamo de pedagogia tecnicista. Essa pedagogia acaba impondo-se, a partir de 1969 – depois da Lei nº 5540, que reestruturou o ensino superior, destacando-se nesse quadro o Parecer nº 252/69, que reformulou o curso de pedagogia. Nessa reformulação, a influência tecnicista já está bem presente. O curso é organizado mais à base de formação de técnicos e de habilitações

profissionais e reflui aquela formação básica, formação geral, que era a marca anterior do curso de pedagogia. Em 1971, vem a Lei nº 5692, com a tentativa de profissionalização universal do ensino de 2º grau. A influência tecnicista, então, impõe-se; é na década de 1970 que o regime militar tenta implantar uma orientação pedagógica inspirada na assessoria americana, através dos acordos MEC-USAID, centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são as características básicas da pedagogia tecnicista. (SAVIANI, 2008, p. 89-90).

Através de um breve apanhado podemos constatar que o trajeto do curso de Pedagogia, traz experiências para o trabalho com crianças, adolescentes, jovens e adultos, muitas vezes problemáticas na questão que se refere à relação formação e prática profissional, separando e dividindo a teoria e o fazer pedagógico.

A partir da nova LDB no. 9394/96, discussões acerca da identidade do curso de pedagogia voltam para a pauta destacando agora novas questões. A ANFOPE³ propõe para as diretrizes do curso as áreas de atuação e os eixos norteadores do mesmo que se encontram na Base Nacional Comum com uma sólida formação teórica e coerência entre teoria e prática. Porém, podemos perceber que as mudanças que ocorreram no curso de pedagogia, até a década de 1990, não causaram dano, no que tange à definição de sua identidade e a função específica do profissional formado nesta área.

No Paraná, na década de 1990, os cargos de Supervisão Escolar e Coordenação em geral eram preenchidos por professores de diferentes áreas, sendo uma espécie de “cargo de confiança” do diretor, que eleito pela comunidade escolar pelo voto direto, direcionava tais cargos de acordo com seus interesses políticos e/ou pessoais. Por outro lado o Orientador Educacional, teve a sua função assegurada no interior da escola, pois na ausência deste profissional, a demanda permanecia em aberto, não podendo ser substituído.

Em consequência disso passaram por aí muitos professores nesta função, embora atuando fora de sua área de formação, fizeram um bom trabalho. Mas, por outro lado, houve alguns outros, que encontravam no cargo um meio para “descanso”, fugindo então, dos problemas e compromissos da sala de aula, não comprometendo-se com a função assumida. Um outro ponto neste momento, é que a demanda só poderia ser preenchida por profissionais efetivos, chamado Quadro

3 Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

Próprio do Magistério (QPM), sendo então desvinculados de suas áreas de competência (Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Física, entre outras), com substituição em suas aulas por meio de contratos temporários, não raras vezes, por profissionais de outras áreas ou disciplinas, como por exemplo, o pedagogo que preencheu esta lacuna, principalmente nas disciplinas de Educação Física e Língua Portuguesa. Essa troca no interior da escola, reforça a descaracterização do papel do pedagogo. Nos anos 2000, unificou-se as funções dos especialistas, passando de Supervisão Escolar e Orientação Educacional para Equipe Pedagógica, cargo a ser ocupado pelo então denominado “Professor Pedagogo”, não diferenciando uma ou outra função. Desta vez, a formação em Pedagogia é exigência básica para ocupar o cargo, podendo ser profissional efetivo por meio de concurso público, e na falta deste, através de contratos temporários.

O que na época, parecia ser bom, uma conquista no meio educacional, principalmente ao pedagogo, foi uma forma de limitar o trabalho deste profissional. Juntamente com essa mudança, é revogada a Resolução 5.851/94 em favor da Resolução 3.651/2000, que define o porte das escolas paranaenses. Com essa nova distribuição funcional, escolas que contavam com o trabalho do Supervisor Escolar e o Orientador Educacional, passaram a contar apenas com um profissional desempenhando as duas funções. Se antes o pedagogo já exercia muitas tarefas dentro da escola, agora então sem uma função específica o problema aumentou. Além deste profissional ter que adaptar-se rapidamente à nova realidade.

No Estado do Paraná, a partir da lei complementar no.103/2004 que dispõe sobre o plano de carreira dos professores da Rede Estadual de Educação Básica, no artigo 4º, inciso 5º do capítulo III que trata dos conceitos fundamentais, fica evidente que o pedagogo é professor. Portanto, a partir daí, o termo professor pedagogo foi adotado pelo Estado do Paraná.

Dentre outras atribuições, estabelecidas no edital no. 10/2007 – GS/SEED4 referentes à função de professor-pedagogo para o atual concurso público, estão: coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação da Escola; coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, a partir das Políticas

Educacionais da SEED/PR e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais; sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando; coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, da hora-atividade, no preenchimento do Livro Registro de Classe de acordo com as Instruções Normativas da SEED e em outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico; coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógicos e didáticos e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola; apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Ação da Escola e as Políticas Educacionais da SEED; coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático- pedagógico, a partir da Proposta Pedagógica Curricular e do Projeto Político-Pedagógico da Escola; participar da organização pedagógica da biblioteca, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos; informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar; coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar na organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar.

Seria muita ingenuidade pensar que essas atribuições, se concretizarão apenas pela participação e responsabilidade do professor pedagogo sem o braço forte do governo, porém também não justifica “deixar pra lá”, devemos ter esperança que as coisas aconteçam.

Demerval Saviani (1985) partindo da pedagogia histórico-crítica vem constantemente despertando os estudiosos para mais possibilidades de reflexões sobre o processo de educação brasileira. Segundo Saviani (1985) a pedagogia adotada pelo governo apoiada na concepção crítico-produtivista de educação, foi

criticada na década de 70, mas a partir de 1979, a educação começa a ser compreendida numa concepção dialética, partindo de seus condicionantes sociais. É fundamental que o pedagogo e os demais profissionais envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, possam fazer a diferença quando sua formação for apuradamente crítica, pela assunção consciente e profissional da união indissociável entre a ação política e pedagógica, e entre a teoria e a prática. Para isso não basta apenas interpretar os problemas existentes mas é preciso lutar para realmente resolvê-los, para transformar a situação. Percebemos com clareza que devido a urgência e falta de profissionais para atender a realidade do dia-a-dia da escola, esta acaba por “engolir” o Pedagogo, desperdiçando o trabalho de um profissional que tem um conjunto de saberes que lhes permite ser útil na transformação da escola, de acordo com a Pedagogia histórico-crítica de Saviani.

O Pedagogo deverá contribuir para que a democratização da escola seja eficiente e efetiva. Então observamos até mesmo em algumas teorias que a questão do papel do pedagogo da escola pública ainda não se encontra definido, pelo contrário precisa de ampla discussão e estudo dos pesquisadores da área. A profissionalização do pedagogo na história da educação brasileira não é muito diferente de quando em tempos passados esses eram tidos como condutores de crianças como se descreve o sentido da palavra pedagogo em grego. Estas características ainda se mantêm nesta profissão, porém foi acrescentado a este profissional deveres e funções que contribuíram para a desvalorização deste profissional diante da sociedade.

Há um longo caminho a ser percorrido para legitimar o campo profissional do pedagogo nas escolas públicas. Libâneo (1999) coloca que “[...] a questão mais relevante, todavia, é o esvaziamento dos estudos sistemáticos de educação e a descaracterização profissional do pedagogo”. Pois a pedagogia enfrenta hoje a soma de várias mudanças e problemas, sejam eles quanto à definição da sua especificidade, quanto à valorização social da profissão, quanto à comprovação do bom desempenho e eficiência, principalmente escolar. Podemos e necessitamos citar diversos fatores que colaboram para esse resultado: a desvalorização social e econômica da atividade pedagógico-docente, por parte dos governantes; a dificuldade de encontrar metodologias que atendam a variedades de cultura e a

inclusão educacional; o excesso de alunos por sala; a aceitação passiva das críticas dirigidas ao segmento dos pedagogos de profissão; a falta de estudos históricos propriamente pedagógicos.

Ainda conforme Libâneo (2007), a partir de 1980, surge o movimento de reformulação do curso de formação do educador, que vem se mantendo até os dias de hoje; não diferenciar a formação do professor e do especialista é o que vem reforçando a descaracterização do pedagogo. É preciso consciência de que o pedagogo enquanto articulador da prática pedagógica é “peça fundamental” numa escola pública que prima pela qualidade de ensino.

Saviani (1985) nos alerta sobre a responsabilidade de, na escola pública, garantir às camadas populares a apropriação e o domínio da cultura letrada.

No contexto escolar o pedagogo ao exercer sua função passa por diversas dificuldades na descaracterização de sua função e aceitação de tarefas desfocadas do processo de ensino-aprendizagem.

Para Libâneo (2007), a pedagogia vive um grande paradoxo no Brasil: contradições como a aceitação dessa ciência nas práticas sociais e a desvalorização no meio educacional. Sabemos que a escola pública necessita desse novo profissional denominado de PEDAGOGO, como uma necessidade política que vai além da sala de aula, configurando-se como prioridade a busca de novas formas de organizar a escola, para que esta se torne realmente democrática. “Infelizmente as pressões do ambiente no dia a dia, juntamente com a premência do ‘urgente’ com tarefas que demandam resultado imediato, supera e impede que se faça o ‘importante’.

Libâneo 2004 diz: Afinal, “pedagogia e pedagogos para quê?” Partindo dos conhecimentos desses profissionais e de sua atuação em escolas públicas podemos observar grandes contribuições para a educação brasileira e as escolas públicas. O dia a dia nas escolas públicas não tem sido fácil para esse profissional devido à falta de informação por parte da comunidade escolar.

Está bem claro que nos dias atuais o pedagogo não tem função definida dentro das escolas públicas. Todas as sugestões remetem para a mudança da atual prática, enfatizando a importância de organizar o trabalho através de um Plano de Ação que seja consensual e consistente, com encontros para isso. No interior da

escola deve-se ter a consciência do respeito que devemos ter com colegas de profissão, lembrar que nem companheiros trabalho, nem nossos alunos são culpados dos problemas que estamos enfrentando em nossas vidas, seja no campo pessoal ou profissional. Devemos sempre cumprir com a nossa parte, evitando jogar para outros um trabalho que é nosso, pois disso resultará o êxito de todo trabalho desenvolvido e o bom andamento da escola. A organização e determinações resolvidas em conjunto em reuniões é essencial para que ninguém se sobrecarregue de trabalhos desnecessários e irrelevantes a prática.

Direção, professores, funcionários, alunos e pais, todos os envolvidos na escola devem ter definida e entendida a teoria que embasa essa prática do pedagogo.

A implementação do projeto de intervenção ocorreu através de um trabalho desenvolvido em um escola pública do Estado do Paraná. Nesta escola foi realizado uma sondagem, através da aplicação de um questionário, onde participou vinte e um professores do universo de trinta, validando assim as informações aqui obtidas. Foi possível constatar através dessa investigação uma grande urgência nesta questão da definição do papel do pedagogo e de sua função dentro da escola pública. Para que este profissional possa cumprir na íntegra o seu papel será preciso uma conscientização por parte dos profissionais da educação.

Para uma melhor compreensão organizamos um comentário tendo como base as respostas dos professores entrevistados.

3. O papel do pedagogo na perspectiva dos professores investigados.

De modo geral, os professores entrevistados demonstram um conhecimento bastante limitado e em alguns momentos até mesmo equivocado sobre o papel do profissional pedagogo em escola pública. Em alguns momentos pudemos perceber uma certa dificuldade de expressar verbalmente, com clareza, sobre o papel do pedagogo, referindo-se ao papel deste profissional tendo como foco ora o aluno (Serviço de Orientação Educacional), ora o professor (Serviço de Supervisão Escolar), e até mesmo como gestor da escola (Administração Escolar), em vários momentos o pedagogo é visto pelos professores como Inspetor de alunos o que

demonstra uma preocupante falta de conhecimento sobre o assunto.

Quando questionados sobre a importância do trabalho do pedagogo dentro da escola, as respostas ficam confusas.

A visão dos professores sobre os pedagogos, e a forma que os mesmos definem a atuação do mesmo é aquela que presenciaram na escola em seu dia a dia, ou seja, uma visão parcial, mesmo porque muitas escolas passaram a ter esse profissional (formado em Pedagogia) a pouco tempo, o que nos faz entender, em boa parte, a dificuldade de ambos, os professores acreditam que o pedagogo esteja exercendo o papel de disciplinador de aluno e cumpridor de tarefas burocráticas.

Percebemos que a escola ainda está apegada às habilitações, os pedagogos tem encontrado dificuldade em colocar-se com autoridade e competência, inclusive em reuniões pedagógicas, momento oportuno para esclarecer sua função e refletir a prática pedagógica que os envolvidos no processo escolar vêm desempenhando.

Os pedagogos que atuam nas escolas hoje, com algumas exceções, são pedagogos que apesar de todas as dificuldades encontradas, procuram fazer o melhor.

Existem determinadas situações que ocorrem no cotidiano, que fogem ao seu controle. O que se verifica é um quadro onde a prática se faz pela prática, sem “tempo” de reflexão sobre a mesma, o que aos poucos, se naturaliza, atribuindo algumas deficiências ao trabalho pedagógico, levando este profissional a frustração, em alguns momentos até mesmo a insegurança.

O ensino público oferecido no Brasil à maioria da população precisa de uma profunda reflexão. Entende-se que somente a escola com seus profissionais não resolverão os problemas. No entanto, o alcance dos objetivos educacionais dependem, também, da responsabilidade social que está no trabalho do Pedagogo. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para legitimar o campo profissional do pedagogo escolar nas escolas públicas. Libâneo (1999) coloca que “[...] a questão mais relevante, todavia, é o esvaziamento dos estudos sistemáticos de educação e a descaracterização profissional do pedagogo”. A atuação do pedagogo poderá ser encaminhada no anúncio de uma nova proposta de ação que visualize e combata as estratégias de alienação. Essa tomada de consciência se dará, por um lado, através da sensibilidade, reflexão e ação em prol daqueles que hoje estão na escola pública

e que dela mais necessitam para sua humanização. Discutir a respeito dessas questões como algo inerente à função do pedagogo não constitui tarefa fácil, pois surge o risco de cometer equívocos. É fundamental que o pedagogo e os demais profissionais envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, possam fazer a diferença quando sua formação for apuradamente crítica, pela assunção consciente e profissional da união indissociável entre a ação política e pedagógica, e entre a teoria e a prática. Para isso não basta apenas interpretar os problemas existentes mas é preciso lutar para realmente resolvê-los e transformar a situação.

Temos consciência que o papel do pedagogo na escola é amplo, e pela importância que tem não pode ser simplificado, pois ao simplificar e prender este profissional a tarefas desfocadas privamos a escola do trabalho do pedagogo, deixando sem fazer coisas que realmente são importantes e que outro profissional não irá fazer, dando a impressão que a falha está no profissional pedagogo. Este profissional no contexto escolar passa por diversas dificuldades na descaracterização de sua função ao aceitar tarefas desfocadas do processo de ensino-aprendizagem. Temos observado diariamente que devido a urgência e falta de profissionais para atender a realidade do dia a dia da escola, tem-se instalado cada vez mais na nossa escola pública problemas que são resultado de equívocos que vem ocorrendo quanto ao papel do pedagogo na visão dos gestores escolares que vem administrando as escolas.

Em consequência disso os demais profissionais desta instituição não observam e também não se preocupam com esta situação que vem se transformando em um problema que atinge não só o bom andamento da escola como também a aprendizagem dos alunos. O pedagogo é muitas vezes sobrecarregado em casos de indisciplina que não necessitam prioritariamente de atendimento do seu trabalho, mas de uma ação pedagógica do professor. Sendo assim seu trabalho acaba limitando-se a registros de ocorrências disciplinares, impedindo-o de desempenhar sua função de forma eficaz, relegando ao segundo plano o atendimento pedagógico em toda a sua abrangência (social, psicológica, cognitiva, etc). Se faz necessário conscientizar os professores da necessidade do trabalho efetivo deste profissional.

A escola necessita de um pedagogo atuante que tenha a oportunidade de

interferir no desempenho do aluno, quando isso se fizer necessário. É preciso que os professores entendam a importância do trabalho deste profissional, enquanto pedagogo.

Estamos caminhando para o entendimento da função do pedagogo. Pelo que pudemos perceber será uma longa, íngreme caminhada até obtermos resultados satisfatórios.

Quando questionamos os professores sobre a compreensão que têm da função do professor pedagogo na escola, percebemos que a maioria denotam em suas palavras uma imensa fragilidade de conhecimento sobre a própria educação escolar. Percebemos claramente a fragilidade em que o professor se encontra, sentindo-se sem o apoio pedagógico necessário, inclusive para perceber qual é o papel do professor pedagogo. Entendem a função do professor pedagogo com base no que vivenciam em suas escolas, ou seja, um pedagogo que “tenta” atender o professor, o aluno e a comunidade escolar, disciplinando alunos e corrigindo os diários de classe dos professores. Uma função sem reflexão e sem planejamento. Muitos professores compreendem a importância do pedagogo como apoio e suporte pedagógico para o desenvolvimento das ações educativas, porém enxergam apenas de forma prática, um profissional emergencial, podemos dizer de certa forma ou de forma figurativa, um bombeiro, que embora tente ações voltadas para a orientação dos alunos e apoio às ações do professor, está sempre suprindo a escola nos problemas imediatos e urgentes, literalmente apagando incêndios.

Alguns professores quando questionados responderam que o pedagogo exerce um trabalho complementar, é também uma extensão do trabalho do professor”. Citaram coisas como “controle de avaliação”, “preenchimento de livros”, “manutenção de disciplina”, denotam que entendem a função do professor pedagogo, apenas como burocrata, sendo ele, supervisor das ações educativas e não profissional professor e educador que em conjunto com os demais busca alternativas para o melhoramento da aprendizagem e alcance das finalidades propostas por todos.

Enfim em suas respostas deixaram claro que acham que o pedagogo está presente na escola para auxiliar o professor nas suas dificuldades, no relacionamento com os alunos, preenchimento do livro de chamada, sugerir como

montar um plano de trabalho corretamente e outras situações que surgem no dia-a-dia.

Questionados sobre a frequência das reuniões pedagógicas a maior parte dos entrevistados coloca que as reuniões são, geralmente, no início dos períodos letivos, algumas vezes, semestral. Coloca-se que essas reuniões, ocorrem paralelas ao Conselho de Classe ou, extraordinárias, conforme a necessidade.

Porém é preciso repensar o objetivo dessas reuniões, pois muitas vezes não correspondem aos anseios do corpo docente, ficando no campo mais da informação do que da reflexão.

Quanto ao vínculo e interação entre o trabalho do professor pedagogo e os anseios dos docentes e discente, pode-se perceber que os professores apoiam o trabalho do professor pedagogo, dada às condições de trabalho da própria escola. Isto nos leva a pensar o porquê deste apoio. O docente apoia porque, apenas nos últimos anos, a escola teve uma equipe pedagógica específica para essa função ou porque, ainda não está clara para o próprio professor a organização pedagógica da escola? É preciso mais uma vez repensar, e rever o esclarecimento desta função, principalmente após as mudanças que levaram a dissolução das habilitações.

Quanto aos cursos de pedagogia, os docentes avaliaram a formação acadêmica como excelentes, sendo necessário algumas mudanças nas questões da desvinculação de teoria e prática voltada para a formação enquanto professor pedagogo, em especial de escola pública.

4. Implementação

A partir do momento que temos a consciência de que a escola ao invés de reforçar as desigualdades sociais, deve constituir-se em um espaço de transformação e emancipação do homem e contatando de antemão que para que isso aconteça precisamos mobilizar os profissionais para atuar na busca destes propósitos.

E entre esses profissionais encontra-se o pedagogo escolar, considerado o articulador, interlocutor e mediador desse processo.

Sendo assim, foi dado início ao processo de implementação deste projeto na

semana pedagógica do segundo semestre de 2011, onde no primeiro momento foi feita apresentação do projeto de intervenção e seus objetivos, junto ao corpo docente da escola pública onde efetivou-se essa implementação.

Nas reuniões pedagógicas e hora atividades dos professores que se segue então, através de discussões, leituras de textos e apresentações, dessa forma o projeto de intervenção foi implementado. Para que o tema fosse trabalhado de forma organizada, utilizamos um material didático que foi elaborado na forma de Unidade Didática, contendo textos: sobre o papel do pedagogo na escola pública diante da organização e estruturação da escola; sobre a importância do domínio de turma, revendo a prática do professor em sala de aula, e estratégias para conscientização. Esta Unidade Didática deu direcionamento as discussões e trabalhos realizados junto aos professores.

5. Resultados

Os equívocos em relação às suas atribuições que tive a oportunidade de constatar entre os outros profissionais dentro da escola são ocasionados pela história recente de sua profissionalidade e também pela falta de informação sobre o foco do trabalho deste profissional, isso tem descaracterizado sua função e secundarizado o sentido do pedagógico. Sendo assim estes determinantes e condicionantes tem merecido significativa atenção por parte das políticas públicas que objetivam a transformação social voltada para os princípios básicos da democracia e, por conseguinte, para a superação das desigualdades sociais.

Por mais que tentamos não enxergar, é fato que à apropriação do conhecimento é um direito negado ao indivíduo, muitas vezes, pelo contexto histórico em que o mesmo se insere, ideologizado por um sistema de poder que inculca nas pessoas uma forma de ver e pensar a sociedade, e mesmo o homem, individualizado, como inertes à mudança, obscurecendo a visão de classe e consequentemente sendo educado para a passividade.

Sabemos que é preciso ficar atento para que esta elevação seja utilizada para conscientização dos menos favorecidos, de modo que estes participem na construção de uma sociedade onde os bens materiais e culturais não seja privilégio

de alguns. Para concretização desse objetivo, encontramos o professor educador, o professor pedagogo, imbuído de responsabilidades políticas e sociais no exercício de suas funções, como mediadores no processo de operacionalização das ações escolares.

É preciso pensar o que é possível realizar concretamente para mudar a atual realidade da nossa prática.

O pedagogo enquanto articulador da prática pedagógica é “peça fundamental” numa escola pública que prima pela qualidade do ensino. Saviani (1985), nos alerta sobre a responsabilidade de, na escola pública, garantir às camadas populares a apropriação e o domínio da cultura letrada de modo que este domínio funcione como ferramenta de luta das classes menos favorecidas, elevando-as ao mesmo patamar daqueles que por muito tempo usufruíram do poder cultural, excluindo e marginalizando os demais.

Uma prática pedagógica sem uma base moral consistente em nosso sistema, poderá distorcer a historicidade humana, tornar o indivíduo menos humano. Entretanto, uma educação politizada, que gere ideologias, dá ao ser humano as condições de liberdade, de se envolver com o mundo de modo geral, tornando consistente a existência humana, partindo de coisas simples do cotidiano caracterizando um parecer simplificado do mundo, alcançando uma curiosidade impertinente que movida pela ação e pela reflexão leva à produção social do conhecimento, levando o homem para o caminho do entendimento de que a injustiça não é algo natural e que por este motivo muitas coisas devem ser mudadas.

Esse despertar conduz o homem a reconhecer-se como personagem e criador de uma história que se permite uma reorganização constante, rompendo com consciência e permitindo intervir criticamente na reconstrução do mundo, poupando-se das utopias anti-dialéticas a que estão submetidos tanto o otimismo pedagógico de natureza idealista quanto o pessimismo acrítico e mecanicista, reconhecendo o papel da educação e de seus limites.

6. Conclusão

Foram expostos aqui alguns resultados da pesquisa que teve como objetivo

compreender o que dizem e pensam os professores de escola pública, sobre o papel e atuação do profissional pedagogo em escolas do Estado do Paraná, com o compromisso de apresentar os resultados àqueles que estudam e interessam-se pelo tema pesquisado.

A pesquisa foi realizada através de questionários e entrevistas feitas com professores pertencentes a uma escola da rede pública estadual de ensino, da cidade de Curitiba. Todos os entrevistados são efetivos do Estado, aprovados em concurso público para o exercício da docência em escolas pública do Estado do Paraná.

Encontramos algumas resistências e dificuldades de expressão no decorrer deste processo de trabalho, verificamos que são poucos os docentes que tem formulado em seus conceitos sobre qual é o papel do pedagogo dentro da escola pública, não conseguindo visualizar e definir esta prática no interior da escola. Percebemos que o pedagogo devido a urgência dos momentos dentro da escola tem feito de tudo um pouco, inclusive substituir professores. A comunidade escolar não tem conseguido visualizar o profissional pedagogo, como pedagogo no exercício de sua função, sendo assim, ficou comprovado a certeza de que é preciso que o professor pedagogo construa sua identidade enquanto sujeito da ação pedagógica no contexto escolar e dos sujeitos que nela atuam, demonstrando em sua prática cotidiana, como nas palavras de Libâneo: [...] “o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais” (LIBÂNEO, 2001)

Estamos no século XXI onde se busca mais intensamente a valorização do ser humano como um todo, mediante isso o professor pedagogo deve buscar a constante valorização de sua profissão.

O conceito de pedagogo, ainda segundo Libâneo, não pode reduzir-se a ação docente, pois isso resultaria numa dúvida lógico conceitual, uma vez que, “a pedagogia é uma reflexão teórica baseada nas práticas educativas e sobre elas. Investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizacionais e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos”. (LIBÂNEO, 1999).

Através desta pesquisa podemos concluir que o pedagogo, no exercício de sua função de “professor-pedagogo” se encontra de forma fragilizada na maioria das escolas públicas estaduais do Paraná, multi-solicitado na comunidade escolar e nesta, desconhecido enquanto função específica.

Ao enxergarmos esta situação constatada pelos sujeitos da pesquisa quanto a sua função, ligamos esta discussão, ao processo histórico que acabou produzindo inconstância na definição da função do profissional pedagogo conforme comentamos aqui. Constatamos ainda que a falta de uma definição clara de sua função ocasiona a este profissional dificuldade de se colocar como profissional com autoridade de coordenar as ações a ele atribuídas. A impotência da escola diante disso vem tornando angustiante essa questão, não ajudando em nada a busca de soluções.

Faz-se necessário definir com clareza a especificidade do trabalho, distinguindo a competência das funções, vinculando as ações ao resultado do processo ensino e aprendizagem. E nisso a presença do pedagogo é fundamental, pois é ele, que irá nortear as ações, que deverão ter como base o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Percebemos que não basta apenas caracterizar a função do pedagogo. É preciso reestruturar o papel desse profissional no interior da escola, de forma que o seu trabalho seja realmente voltado à obtenção de melhores resultados no processo ensino e aprendizagem que acontece na relação professor-aluno na sala de aula.

Para que isso aconteça, é preciso criar condições que deem possibilidades ao pedagogo para pôr em prática o seu referencial teórico, evitando limitar o seu espaço de trabalho ao número e características das turmas a serem atendidas, considerando o que seria ideal, não o real.

Para dar um atendimento que condiz com a realidade, este espaço exige um profissional que tenha disponibilidade ao atendimento, não sendo dividido às demais questões educacionais. É um trabalho que exige tempo integral do pedagogo, pois tanto a parte burocrática quanto a prática exigem contínua dedicação. Faz-se necessário também organizar espaços para estudo no próprio ambiente de trabalho, pois sabemos que a teoria não está desvinculada da prática, e é necessário que este profissional possa responder questões relacionadas ao seu trabalho dentro da

escola, garantindo ao pedagogo uma formação contínua e a atualização de saberes em seu cotidiano.

Se almejamos uma escola democrática, precisamos ser conscientes e comprometidos, com a reciprocidade que a democracia exige. A negligência irá comprometer e os resultados do trabalho de todos não serão satisfatórios.

7. Referências

BRASIL. Lei no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> . (Acesso em 16/07/07.)

LIBÂNEO, J. C. PIMENTA, S.G. **Formação dos profissionais da educação – visão crítica e perspectivas de mudança**. In: Revista Educação e Sociedade, Campinas: Cedes no.68, 1999.

_____. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar em Revista, Curitiba: n. 17, p. 153-176, 2001.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A pedagogia em questão: entrevista com José Carlos Libâneo**. Olhar de professor, Ponta Grossa, n. 10 (1), p. 11-33, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **O sentido da pedagogia e o papel do pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo: Cortez, no. 9, p.27-28, 1985.